

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução Redes/ sociais



Glauber Braga é retirado da Mesa por policiais legislativos

Deputado: Motta cometeu o mesmo erro de setembro

Para um deputado do Centrão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), repetiu ontem o erro que cometeu em setembro, quando colocou para votar, na mesma semana, a urgência do projeto de anistia e a PEC da Blindagem. Ao tentar passar o rolo compressor, ele acabou provocando a reação de parte da sociedade.

Segundo o parlamentar, Motta jamais poderia ter pautado a proposta de redução de penas para golpistas no mesmo dia em que anunciou a votação da cassação do mandato do deputado Glauber Braga (Psol-RJ). Ele deveria saber que o parlamentar tomaria alguma atitude radical, já que não teria nada a perder — em abril, ele fizera greve de fome para protestar contra a medida.

Esperança

No início da noite de ontem, quando Glauber ainda era retirado do plenário por integrantes da Polícia Legislativa, o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ) disse ao Correio Bastidores que, apesar de todo o tumulto, a votação da proposta de redução de penas seria votada assim que a sessão fosse retomada. Por volta das 19h, Motta conseguiu reabrir os trabalhos, apesar dos protestos de integrantes da bancada governista.

Kayo Magalhães - Câmara dos Deputados



Motta é responsável pela pauta da Câmara

Retirada, corte e agressão

Além de mandar tirar Glauber Braga à força da cadeira de presidente — atitude diferente da que tomou quando a Mesa foi ocupada por bolsonaristas — houve corte do sinal da TV Câmara e retirada dos jornalistas do plenário. O policial legislativo Marcelo Guedes de Resende foi acusado de agressão por diversos repórteres que estavam no Salão Verde, na entrada do plenário da Câmara. O conjunto das atitudes determinadas ou admitidas por Motta revoltou ainda mais os deputados ligados ao governo.

Ordem de Bolsonaro

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) atribuiu a uma ordem de Jair Bolsonaro a decisão do partido de votar a favor na proposta de diminuição de penas. Segundo ele, o ex-presidente levou em conta a situação dos que estão presos pelos atos de 8 de janeiro de 2023, e que serão imediatamente beneficiados caso o projeto vire lei.

Semiaberto

A maior parte dos que ainda estão presos já tem tempo de cadeia suficiente para ser beneficiada pela progressão de regime. Eles poderiam migrar para o semiaberto. Até a semana passada, Sóstenes rejeitava qualquer possibilidade de acordo para a aprovação da redução de penas e insistia na anistia.

Destaque

O líder do PL chegou a dizer para o Correio Bastidores que pediria um destaque que mudaria o texto do relatório assim que este fosse apresentado pelo relator, Paulinho da Força. O destaque iria propor uma anistia ampla e, caso fosse aprovado, substituiria e sepultaria o relatório. Ontem, porém, a posição era outra.

Sem reeleição

Ainda no calor dos acontecimentos do início da noite de ontem, havia um início de formação de consenso na Câmara: vai ser praticamente impossível que Hugo Motta consiga se reeleger para o comando da Casa. Ao longo de seu mandato, tem conseguido brigar com a esquerda e com a direita.

Temperamento

O que complica ainda mais a situação de Glauber é a postura hostil que ele tem com boa parte dos colegas. Por mais que tenha razão em apontar abusos no uso de emendas parlamentares, ele quebrou um princípio da colegialidade — todos ali foram eleitos pela população. Isso dificulta a formação de corrente de solidariedade.

Intenção

Para um partido do Centrão, a iniciativa de Hugo Motta de pautar a redução de penas fez parte de seu projeto de fazer uma faxina em temas que complicaram os trabalhos ao longo de 2025. Queria evitar que eles continuem presentes em 2026, um ano eleitoral, o que complicaria tudo ainda mais. Deu tudo errado.

Nota dúbia

Logo depois da confusão, Motta soltou uma nota em que criticou Glauber e o extremismo. No último parágrafo, disse ter determinado a apuração “de possíveis excessos em relação à cobertura da imprensa”. Não deixou claro se a queixa era em relação aos jornalistas ou aos seus agressores.

Geraldo Magela/Agência Senado



CPI ouviu o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski

“Brasil se aproxima de ter ministro preso”

Relator da CPI ataca influência do crime organizado em Brasília

Por Beatriz Matos

Em mais uma sessão da CPI do Crime Organizado nesta terça-feira (9), o Senado aprovou, como item extra de pauta, a convocação do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar (União). Preso preventivamente por suspeita de vazar informações da Operação Zargun ao Comando Vermelho, o deputado foi solto na véspera, após decisão da Alerj por 42 votos a 21. Agora, será obrigado a comparecer ao Senado para explicar seu suposto envolvimento no episódio que prendeu o ex-deputado TH Joias, acusado de intermediar a compra e venda de armas para a facção.

A CPI também aprovou o convite ao ex-governador Anthony Garotinho, que governou o Rio entre 1998 e 2002.

A convocação ocorreu durante a sessão que ouviu o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e serviu de pano de fundo para o pronunciamento mais contundente do relator, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que afirmou que o Brasil está “próximo” de ver um ministro de tribunal superior ser preso.

A fala faz referência às ligações políticas que autoridades políticas têm com investigados, como a carona de Dias Toffoli, do STF, em jatinho do empresário Luiz Osvaldo Pastore ao lado do criminalista Augusto de

Arruda Botelho — advogado de um ex-diretor do Banco Master investigado.

Infiltrado nos gabinetes

Durante a sessão, Vieira fez duras críticas ao que chamou de “pontos claros de infiltração” do crime organizado nos poderes da República. “Crime organizado não é o pobre preto armado na favela. Isso é sintoma da falência do Estado”, afirmou. Para o relator, a verdadeira estrutura criminosa se manifesta “em Brasília, infiltrada em gabinetes, escritórios e várias atuações”, muitas vezes amparada por práticas de lobby e pela “venda de acesso a gabinetes”.

“Temos ministros que acham normal carona em jatinho pago pelo crime organizado, evento de luxo pago pelo crime organizado, hospedagem paga pelo crime organizado”, disse. “Esse é um país que já teve presidente preso, ministro, senador, deputado, governador presos, mas ainda não teve ministro de tribunal superior. E me parece que esse momento se avizinha.”

Para o criminalista e professor de Direito Penal do Ibmec Brasília, Tédney Moreira, é preciso cuidado na interpretação. Segundo ele, a presunção de inocência impede conclusões apressadas sobre eventual envolvimento de Dias Toffoli.

“Não é possível afirmar vínculo direto com crimes de corrupção no Caso Master”.